

DO ESTIGMA AO CUIDADO: UMA REVISÃO NARRATIVA SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E NA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

FROM STIGMA TO CARE: A NARRATIVE REVIEW ON ALCOHOL AND OTHER DRUGS IN PUBLIC POLICIES AND PSYCHOSOCIAL CARE

DEL ESTIGMA AL CUIDADO: UNA REVISIÓN NARRATIVA SOBRE EL ALCOHOL Y OTRAS DROGAS EN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS Y EN LA ATENCIÓN PSICOSOCIAL

Gabriela Barros de Oliveira¹

Bianca Maria Mafra²

Felipe Padilha³

RESUMO: Este artigo buscou analisar as percepções sociais relacionadas às políticas públicas sobre álcool e outras drogas no Brasil, com ênfase nos efeitos do estigma na formulação e efetivação do cuidado em saúde mental. Trata-se de um estudo qualitativo, desenvolvido por meio de uma revisão narrativa da literatura, a qual permitiu uma abordagem ampla e interpretativa do tema. Foram analisadas 26 obras, entre artigos científicos, livros, documentos legais, relatórios institucionais e materiais técnicos, publicados entre 2003 e 2022. A seleção das fontes não seguiu critérios de exclusão rígidos, uma vez que o objetivo foi captar diferentes perspectivas sobre a temática. Os resultados apontam a coexistência de propostas de cuidado orientadas pelos princípios da reforma psiquiátrica e dos direitos humanos com práticas ainda atravessadas por concepções moralizantes, higienistas e excludentes. Evidencia-se que o estigma social associado ao uso de substâncias interfere diretamente nas formas de atenção e nas respostas institucionais oferecidas. Conclui-se que o enfrentamento do estigma e a consolidação de políticas públicas intersetoriais, inclusivas e sensíveis à complexidade do fenômeno constituem aspectos centrais para o fortalecimento de práticas em saúde mental realmente comprometidas com o cuidado psicossocial.

1757

Palavras-chave: Políticas públicas. Álcool e outras drogas. Cuidado psicossocial.

ABSTRACT: This article aimed to analyze social perceptions related to public policies on alcohol and other drugs in Brazil, with an emphasis on the effects of stigma on the formulation and implementation of mental health care. This is a qualitative study, developed through a narrative literature review, which allowed for a broad and interpretative approach to the topic. A total of 26 works were analyzed, including scientific articles, books, legal documents, institutional reports, and technical materials, published between 2003 and 2022. The selection of sources did not follow strict exclusion criteria, as the objective was to capture different perspectives on the subject. The results indicate the coexistence of care proposals guided by the principles of psychiatric reform and human rights with practices still influenced by moralistic, hygienist, and exclusionary conceptions. It is evident that the social stigma associated with substance use directly affects the forms of care and institutional responses provided. It is concluded that addressing stigma and consolidating intersectoral, inclusive public policies that are sensitive to the complexity of the phenomenon are central aspects for strengthening mental health practices truly committed to psychosocial care.

Keywords: Public policies. Alcohol and other drugs. Psychosocial care.

¹Graduada em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

²Graduada em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

³Psicólogo (CRP 12/21512), Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor e coordenador do curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), campus Florianópolis e Biguaçu.

RESUMEN: Este artículo buscó analizar las percepciones sociales relacionadas con las políticas públicas sobre alcohol y otras drogas en Brasil, con énfasis en los efectos del estigma en la formulación e implementación de la atención en salud mental. Se trata de un estudio cualitativo, desarrollado a través de una revisión narrativa de la literatura, que permitió un abordaje amplio e interpretativo del tema. Se analizaron 26 trabajos, entre artículos científicos, libros, documentos legales, informes institucionales y materiales técnicos, publicados entre 2003 y 2022. La selección de fuentes no siguió estrictos criterios de exclusión, ya que el objetivo fue capturar diferentes perspectivas sobre el tema. Los resultados apuntan a la coexistencia de propuestas de atención guiadas por los principios de la reforma psiquiátrica y de los derechos humanos con prácticas aún permeadas por conceptos moralizantes, higienistas y excluyentes. Es evidente que el estigma social asociado al consumo de sustancias interfiere directamente con las formas de atención y respuestas institucionales ofrecidas. Se concluye que enfrentar el estigma y consolidar políticas públicas intersectoriales, inclusivas y sensibles a la complejidad del fenómeno, constituyen aspectos centrales para fortalecer prácticas de salud mental verdaderamente comprometidas con la atención psicosocial.

Palabras clave: Políticas públicas. Alcohol y otras drogas. Atención psicosocial.

INTRODUÇÃO

O debate sobre as políticas públicas voltadas ao uso de álcool e outras drogas no Brasil tem se intensificado nos âmbitos político, midiático e acadêmico, revelando tensões em torno da forma como essas pessoas são percebidas e tratadas pela sociedade. A formulação e implementação dessas políticas estão diretamente relacionadas às percepções sociais acerca das pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas (SPA), influenciando significativamente o cuidado psicossocial prestado por serviços especializados, como os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD). Tais percepções atravessam não apenas as práticas profissionais, mas também a interação dos usuários com os serviços de saúde mental, impactando o acesso, a adesão ao tratamento e a efetividade das intervenções (Schimith, Murta e Queiroz, 2019).

Nesse contexto, o uso de terminologias específicas ao se referir às pessoas que fazem uso de SPA assume papel central na construção de representações sociais e no enfrentamento do estigma. Estudos indicam que expressões pejorativas reforçam processos de culpabilização e exclusão, dificultando o acesso dessas pessoas aos serviços de saúde (Chagas, Paula e Galduróz, 2021). Diante disso, o presente estudo adota a nomenclatura “pessoas que fazem uso de risco de substâncias psicoativas” como forma de enfatizar uma abordagem humanizada, alinhada às diretrizes da atenção psicossocial, reconhecendo o fenômeno como multifatorial e influenciado por determinantes sociais (Nery Filho, 2012; Crives e Dimenstein, 2003).

A vulnerabilidade social constitui um marcador determinante nesse cenário, uma vez que a precariedade das condições de vida e a exclusão social amplificam os impactos do uso de

SPA. A pobreza não apenas agrava os riscos à saúde mental desses indivíduos, como também reforça barreiras estruturais ao tratamento, tornando essencial a adoção de políticas públicas intersetoriais (Bastos e Bertoni, 2014; Melo e Maciel, 2016). Contudo, as políticas direcionadas a essa população ainda enfrentam entraves significativos, pois, historicamente, o consumo de substâncias psicoativas tem sido abordado sob uma ótica patologizante e criminalizante, em detrimento de um modelo territorializado, centrado na singularidade do sujeito e no cuidado em liberdade (Brasil, 2005).

A Reforma Psiquiátrica brasileira, iniciada na década de 1970 e consolidada com a promulgação da Constituição Federal de 1988, promoveu mudanças estruturais no campo da saúde mental. Ao substituir o modelo manicomial por uma lógica de atenção psicossocial, essa reforma fundamentou-se nos princípios da inclusão social, da autonomia e do protagonismo do usuário no processo terapêutico (Maciel et al., 2009). No entanto, apesar dos avanços, a implementação plena desse modelo ainda encontra desafios, especialmente no atendimento às pessoas que fazem uso de SPA. Barreiras como o estigma social, a desinformação sobre os serviços e as dificuldades de acesso, particularmente em regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica, comprometem a adesão aos tratamentos e reduzem a efetividade das políticas públicas voltadas para essa população (Soares, 2022; Mendes e Horr, 2014).

1759

Diante desse panorama, este artigo busca analisar de que maneira as percepções sociais sobre o uso de álcool e outras drogas influenciam as práticas profissionais no contexto dos CAPS AD, afetando a efetividade das políticas públicas e a construção de um cuidado psicossocial humanizado. Ao trazer essa discussão para o campo acadêmico, pretende-se contribuir para o aprimoramento das estratégias de atenção psicossocial e para o enfrentamento de estigmas que ainda limitam a integralidade do cuidado e a inclusão social das pessoas que fazem uso de substâncias.

MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa, voltada à análise das políticas públicas sobre álcool e outras drogas e suas implicações na saúde pública e na psicologia. A revisão narrativa permite uma abordagem ampla e reflexiva sobre a produção científica existente, sem a necessidade de um protocolo sistemático e replicável de seleção e análise dos dados (Vosgerau, Romanowsk, 2014). Esse método é adequado para compreender as transformações históricas, os desafios e as lacunas na

implementação dessas políticas, bem como as percepções sociais que influenciam a prática profissional nos serviços de atenção psicossocial.

A seleção do material bibliográfico ocorreu de maneira exploratória e não sistemática, sem a aplicação de critérios rígidos de inclusão e exclusão. Foram consultadas bases de dados acadêmicas, como SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e o Portal de Periódicos da UFSM, além de repositórios institucionais, incluindo a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Adicionalmente, foram considerados documentos governamentais, leis brasileiras e relatórios institucionais que abordam a temática.

A busca por materiais ocorreu entre 2003 e 2022, priorizando produções acadêmicas e institucionais que contribuíssem para a compreensão da evolução das políticas públicas sobre álcool e outras drogas no Brasil. Foram utilizados descritores como "políticas de álcool e drogas", "saúde pública", "dependência química", "prevenção e tratamento", entre outras combinações. Como não houve um protocolo rígido de seleção, os materiais foram incorporados à pesquisa com base em sua relevância temática e potencial contribuição para o debate teórico e conceitual. A Tabela 1 apresenta a distribuição das fontes analisadas na pesquisa:

Tabela 1: Distribuição das fontes utilizadas na revisão narrativa

Tipo de Fonte	Quantidade	Localização/Referência
Artigos de periódicos indexados no SciELO	13	SciELO
Artigo do Portal de Periódicos da UFSM	1	UFSM
Artigo da Biblioteca Virtual em Saúde	1	BVS
Publicação da PUC sobre metodologia	1	PUCPR
Dissertação	1	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
Ensaio filosófico	1	Busca Exploratória na Literatura Acadêmica
Pesquisa da Fiocruz	1	Relatório Fiocruz
Leis brasileiras sobre álcool e drogas	3	Documentos oficiais
Livros Acadêmicos	4	Publicações científicas
Total	26	-

Fonte: Autoria Própria.

A análise dos materiais foi realizada de maneira interpretativa e integrativa, buscando identificar os principais conceitos, abordagens e desafios relacionados ao tema. Como a seleção foi exploratória, a pesquisa privilegiou fontes que ampliam o entendimento teórico sobre as políticas públicas de álcool e outras drogas, em vez de estabelecer comparações quantitativas ou critérios de exclusão.

A abordagem adotada permitiu reunir evidências sobre os avanços e desafios do campo, além de oferecer uma reflexão crítica sobre o impacto das percepções sociais na formulação e implementação dessas políticas, contribuindo para o debate acadêmico e profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O consumo de substâncias psicoativas (SPA) no Brasil configura-se como uma questão de saúde pública de alta complexidade, exigindo abordagens integradas e intersetoriais para um cuidado eficaz e humanizado (Brasil, 2010). No contexto dos Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas (CAPS AD), a adesão dos usuários ao tratamento é influenciada por múltiplos fatores, incluindo percepções sociais, condições socioeconômicas, dinâmicas familiares e a interação entre os profissionais de saúde. Diante disso, torna-se fundamental compreender como esses elementos impactam a efetividade das políticas públicas e a construção de um cuidado integral.

1761

Um dos principais desafios para a efetivação do tratamento nos CAPS AD está relacionado às desigualdades socioeconômicas. Estudos apontam que baixos níveis de escolaridade e dificuldades financeiras limitam o acesso às informações sobre esses serviços, dificultando a adesão ao tratamento (Campos *et al.*, 2021). Muitas vezes, a busca por atendimento ocorre apenas por indicação de terceiros, e não por uma compreensão prévia dos próprios usuários sobre o funcionamento do serviço. Esse cenário evidencia a necessidade de estratégias educativas que aproximem a população dos recursos disponíveis. Dessa forma, a fragilidade do vínculo entre usuários e serviços pode comprometer a continuidade do cuidado, tornando essencial a criação de abordagens que promovam maior autonomia e engajamento terapêutico.

Além dos fatores socioeconômicos, outro aspecto que influencia diretamente as trajetórias terapêuticas nos CAPS AD refere-se às percepções sociais sobre o uso de SPA. O estigma associado ao consumo de substâncias e à saúde mental ainda está presente no imaginário social, impactando a forma como os indivíduos são tratados dentro e fora dos

serviços de saúde (Soares, 2022). Embora a missão dos CAPS AD esteja pautada no cuidado livre de preconceitos, pesquisas indicam que os próprios profissionais, muitas vezes de forma não intencional, reproduzem estereótipos que dificultam a vinculação dos usuários ao tratamento. Santos *et al.* (2022) demonstram que esse estigma se manifesta na categorização dos usuários como indivíduos descomprometidos ou resistentes ao tratamento, o que reforça barreiras ao acesso e à continuidade do cuidado.

Essas percepções estigmatizantes não são exclusivas dos CAPS AD, mas também se fazem presentes em outros serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). De acordo com Paula *et al.* (2014), profissionais da Atenção Primária à Saúde, que muitas vezes representam o primeiro ponto de contato do usuário com a rede de cuidados, demonstram receio ao lidar com indivíduos que fazem uso de drogas, associando-os automaticamente à criminalidade e à violência. Esse fenômeno compromete não apenas a abordagem clínica, mas também contribui para a exclusão social desses sujeitos, dificultando seu acesso a um cuidado integral e humanizado.

Nesse contexto, a influência das percepções sociais sobre o uso de substâncias psicoativas nas práticas profissionais nos CAPS AD não se limita à reprodução do estigma, mas também se reflete na priorização de certos perfis de usuários e na resistência a abordagens não abstinentes. Estudos indicam que a Redução de Danos (RD), enquanto estratégia oficial das políticas públicas de saúde mental, ainda enfrenta grande resistência dentro dos serviços de atenção psicossocial. Pires e Ximenes (2021) apontam que muitos profissionais compreendem a RD de forma reducionista, limitando-a à diminuição do consumo de substâncias e não à promoção da autonomia do usuário. Além disso, há uma desconfiança institucional sobre sua aplicação, com relatos de profissionais que se sentem pressionados a adotar exclusivamente a abstinência como meta terapêutica. Vasconcelos *et al.* (2018) reforçam essa análise ao destacar que a prática profissional nos CAPS AD frequentemente segue uma lógica de normatização do comportamento do usuário, impondo a adequação a padrões socialmente aceitos como critério para o cuidado. Dessa forma, as percepções sociais não apenas influenciam a adesão ao tratamento, mas também moldam as estratégias de cuidado adotadas, restringindo alternativas mais humanizadas e centradas na singularidade do sujeito.

A lógica de normatização do cuidado nos CAPS AD pode ser observada na priorização de estratégias terapêuticas voltadas para a abstinência total, em detrimento da abordagem de Redução de Danos. Segundo Vasconcelos *et al.* (2018), essa estrutura contribui para que os

usuários que não se adequam a esse modelo enfrentem maiores dificuldades na adesão ao tratamento, sendo muitas vezes desconsiderados como sujeitos ativos em sua própria recuperação. Dessa forma, os próprios profissionais, ao internalizarem essas diretrizes, reforçam barreiras ao cuidado, dificultando alternativas mais individualizadas e humanizadas.

Somado a isso, a precarização das condições de trabalho nos CAPS AD também representa um fator determinante na qualidade da assistência. A invisibilização dos usuários desses serviços pode ser compreendida a partir da teoria de Judith Butler (2019) sobre violência estrutural e precarização da vida. Segundo Butler, o abandono institucional e a exclusão de determinadas populações não são apenas reflexos do descaso estatal, mas parte de uma estrutura de poder que define quais vidas são consideradas "dignas" de proteção e investimento. Nesse sentido, os usuários de substâncias psicoativas frequentemente ocupam um lugar marginalizado dentro das políticas públicas, sendo tratados como cidadãos "menos legítimos" no acesso a direitos.

A falta de suporte efetivo por parte dos serviços públicos compromete a qualidade do atendimento nos CAPS AD e gera um intenso desgaste profissional entre os trabalhadores da RAPS. Centenaro *et al.* (2022) evidenciam que essa precariedade resulta na sobrecarga das equipes, que operam com recursos insuficientes para atender à alta demanda. Como consequência, há uma priorização dos casos mais graves, enquanto muitos usuários enfrentam a descontinuidade do cuidado, reforçando um modelo de exclusão e negligência institucionalizada. Além de impactar diretamente os usuários, a precarização dos serviços também afeta a postura dos profissionais da RAPS. Equipes sobrecarregadas e sem infraestrutura adequada encontram dificuldades para implementar abordagens interdisciplinares e estratégias de Redução de Danos, recaindo frequentemente em modelos tradicionais de cuidado baseados no controle e na abstinência (Vasconcelos *et al.*, 2018). A ausência de formação continuada e de espaços para reflexão crítica agrava esse cenário, favorecendo a reprodução de práticas que, mesmo de forma involuntária, reforçam o estigma e a exclusão dentro dos serviços de atenção psicossocial.

Essa fragilidade também se expressa na dificuldade de implementação das diretrizes normativas dos CAPS AD. Embora a Portaria nº 336/2002 estabeleça parâmetros mínimos para o funcionamento desses serviços, normalmente, a alta demanda por atendimento exige uma estrutura muito mais robusta do que a prevista na legislação. Souza (2011) discute como as políticas públicas em saúde mental, apesar de fundamentais para garantir direitos aos usuários,

muitas vezes não consideram as particularidades locais, resultando em desafios práticos na execução dessas diretrizes. Assim, a desconexão entre a formulação teórica das políticas e sua aplicabilidade real evidencia a necessidade de revisões constantes para garantir sua efetividade.

Diante desse cenário de precarização e do desafio de garantir um cuidado integral, outro aspecto que merece atenção é a forma como a medicalização do sofrimento psíquico tem sido priorizada como estratégia de tratamento nos CAPS AD, em detrimento de abordagens mais abrangentes. Spink (1993) discute como as representações sociais moldam a percepção sobre a medicação, que frequentemente é vista como a principal resposta terapêutica, em detrimento de abordagens psicossociais mais amplas. Essa perspectiva dialoga com a teoria foucaultiana sobre biopoder, que analisa como discursos biomédicos estruturam padrões de normalização e controle sobre os corpos (Souza, 2011). Em muitos contextos, a medicalização excessiva pode atuar como um mecanismo de regulação social, priorizando o alívio sintomático em detrimento da reabilitação psicossocial (Foucault, 2021). Nesse sentido, Achille Mbembe (2018), ao discutir necropolítica, destaca como determinadas populações são sistematicamente marginalizadas e recebem cuidados limitados, o que se reflete nas políticas voltadas para os usuários de SPA.

Embora a medicalização seja um problema recorrente nos CAPS AD, há esforços para promover abordagens mais integrativas e interdisciplinares. Souza *et al.* (2013) apontam que a construção de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) é essencial para um atendimento adequado às especificidades de cada usuário. A atuação conjunta de profissionais da psicologia, psiquiatria, terapia ocupacional, serviço social e enfermagem permite um cuidado mais amplo, que não se restringe à prescrição de medicamentos, mas também envolve suporte emocional, reinserção social e fortalecimento da autonomia do indivíduo (Spagnol *et al.*, 2022).

Além da atuação interdisciplinar, a participação da família e da comunidade é um elemento central para o sucesso do tratamento nos CAPS AD. Borges e Schneider (2020) destacam que o vínculo familiar pode funcionar como um fator protetivo, contribuindo para a prevenção de recaídas e a adesão ao tratamento. No entanto, os familiares também enfrentam desafios emocionais, como sentimentos de culpa e frustração, que podem impactar sua capacidade de oferecer apoio adequado (Paiano *et al.*, 2020). Esse contexto reforça a necessidade de políticas que ofereçam suporte não apenas aos usuários, mas também às suas redes de apoio, promovendo um cuidado mais amplo e humanizado.

Dessa forma, percebe-se que as percepções sociais sobre o uso de SPA, aliadas às políticas públicas vigentes, impactam diretamente a qualidade do cuidado psicossocial oferecido nos

CAPS AD. A superação de estigmas, a ampliação do acesso à informação e a valorização de abordagens interdisciplinares são aspectos fundamentais para promover um modelo de atenção mais equitativo e efetivo. No entanto, para que essas transformações ocorram de maneira concreta, faz-se necessário o fortalecimento das políticas públicas voltadas à capacitação profissional, à ampliação da rede de suporte social e à garantia de investimentos estruturais que viabilizem um cuidado integral e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão narrativa possibilitou refletir criticamente sobre as percepções sociais relacionadas ao uso de álcool e outras drogas e seus desdobramentos na formulação e execução de políticas públicas no campo da atenção psicossocial. Observou-se, ao longo da análise da literatura, que a construção dessas políticas tem se dado em meio a tensões históricas, ideológicas e sociais, marcadas por estigmas, discursos moralizantes e disputas de paradigmas entre modelos repressivos e estratégias de cuidado em liberdade.

Embora persistam entraves importantes — como o preconceito social, a criminalização do uso de substâncias e a fragilidade na implementação de dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) —, também se evidenciam avanços relevantes no campo das políticas públicas, como a consolidação de princípios como a territorialidade, o acolhimento e a integralidade do cuidado. Tais avanços indicam uma tentativa de ruptura com práticas excludentes e de promoção de uma abordagem mais ética e humanizada.

Conclui-se, portanto, que persistem desafios significativos na consolidação de políticas públicas que rompam com práticas excludentes e estigmatizantes no campo do cuidado em saúde mental e no enfrentamento ao uso de substâncias psicoativas. A superação desses obstáculos requer o fortalecimento de estratégias de cuidado pautadas na escuta, na singularidade dos sujeitos e na articulação entre saberes, serviços e territórios.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Francisco Inácio P. Monteiro; BERTONI, Neilane. *Pesquisa nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?* Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, 2014.

BORGES, Claudia Daiana; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. *O processo do cuidado em um CAPS AD na perspectiva de usuários e familiares*. Boletim Academia Paulista de Psicologia, São Paulo, v. 40, n. 99, p. 227-240, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prto336_19_02_2002.html.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil*. Brasília, 2005. Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas.

BRASIL, Ministério da Saúde. *ADOLESCENTES E JOVENS PARA A EDUCAÇÃO ENTRE PARES: Saúde e Prevenção Nas Escolas. Álcool e Outras Drogas*. Dario Noleto; Myllene Priscilla Müller Nunes; Telma Tavares Richa e Sousa ed., Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2010. Disponível em <bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/alcool_outras_drogas.pdf>

BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CAMPOS, Ioneide de Oliveira et al. *Escolaridade, trabalho, renda e saúde mental: um estudo retrospectivo e de associação com usuários de um centro de atenção psicossocial*. Physis: Revista de Saúde Coletiva, [S.L.], v. 31, n. 3, p. 1-21, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312021310319>.

CENTENARO, Alexa Pupiara Flores Coelho et al. *Potencialidades e desafios do Centro de Atenção Psicossocial na voz dos trabalhadores da saúde*. Revista de Enfermagem da UFSM, [S.L.], v. 12, p. 1-16, 21 dez. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/2179769271239>.

1766

CHAGAS, Camila; PAULA, Tassiane Cristine Santos de; GALDURÓZ, José Carlos Fernandes. *A linguagem e o estigma: os termos utilizados na área de álcool e outras drogas*. Epidemiologia e Serviços de Saúde, [S.L.], v. 30, n. 1, p. 1-4, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742021000100024>.

CRIVES, Miranice Nunes dos Santos; DIMENSTEIN, Magda. *Sentidos produzidos acerca do consumo de substâncias psicoativas por usuários de um programa público*. Saúde e Sociedade, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 26-37, dez. 2003.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 13. ed. [S. L.]: Paz & Terra, 2021.

MACIEL, Silvana Carneiro et al. *Reforma psiquiátrica e inclusão social: um estudo com familiares de doentes mentais*. Psicologia: Ciência e Profissão, [S.L.], v. 29, n. 3, p. 436-447, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98932009000300002>.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. [S. L.]: N-1 Edições, 2018.

MELO, Juliana Rízia Félix; MACIEL, Silvana Carneiro. *Representação social do usuário de drogas na perspectiva de dependentes químicos*. Psicologia: Ciência e Profissão, [S.L.], v. 36, n. 1, p. 76-87, mar. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000882014>.

MENDES, Célia Regina Pessanha; HERR, João Fillipe. *Vivência nas ruas, dependência de drogas e projeto de vida: um relato de experiência no CAPS-AD*. Revista Psicologia e Saúde, [S.L.], p. 90-97, 2 jul. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v6i1.328>.

NERY FILHO, Antônio (Org.). *As drogas na contemporaneidade: perspectivas clínicas e culturais*. Salvador: EDUFBA, 2012.

PAIANO, Marcelle et al. *Fatores intervenientes na adesão ao tratamento de usuários de drogas atendidos no CAPS-AD*. Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online, [S.L.], v. 11, n. 3, p. 687-693, 14 fev. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2019.v11i3.687-693>.

PAULA, Milena Lima de et al. *Assistência ao usuário de drogas na atenção primária à saúde*. Psicologia em Estudo, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 223-233, jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-737222025006>.

PIRES, Ronaldo Rodrigues; XIMENES, Verônica Moraes. *Sentidos atribuídos por profissionais de Psicologia sobre a redução de danos*. Psicologia: Teoria e Pesquisa, [S.L.], v. 37, p. 1-7, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3747>.

SANTOS, Elitiele Ortiz dos et al. *Assessment of stigma and prejudice in the organization of care networks for drug users*. Revista Brasileira de Enfermagem, [S.L.], v. 75, n. 1, p. 1-9, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0135>.

SCHIMITH, Polyana Barbosa; MURTA, Geraldo Alberto Viana; QUEIROZ, Sávio Silveira de. *A abordagem dos termos dependência química, toxicomania e drogadição no campo da Psicologia brasileira*. Psicologia USP, [S.L.], v. 30, p. 1-9, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564e180085>.

SOARES, Hugo Leonardo Rodrigues. *Barreiras de acesso aos usuários de álcool e outras drogas aos CAPS: revisão da literatura*. Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/52858>.

SOUZA, Olívia Egger de et al. *Tratamento e reabilitação de usuários de CAPS-AD sob a perspectiva dos profissionais do serviço*. Saúde em Debate, [S.L.], v. 37, n. 1, p. 171-184, dez. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042013e18>.

SOUZA, Washington Luis. *Ensaio sobre a noção de poder em Michel Foucault*. Múltiplas Leituras, [S.L.], v. 4, n. 2, p. 103-124, 31 dez. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/1982-8993/ml.v4n2p103-124>.

VASCONCELOS, Maria Paula Naves; PAIVA, Fernando Santana de; VECCHIA, Marcelo Dalla. *O cuidado aos usuários de drogas: entre normatização e negação da autonomia*. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, [S.L.], v. 11, n. 2, p. 363-381, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2019110212>.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. *Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas*. Revista Diálogo Educacional, [S.L.], v. 14, n. 41, p. 165-189, 12 jul. 2014. Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. <http://dx.doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.dso8>.